

CDU  
 Comissão Diretora

Presidente  
 COMISSÃO DE SERVIÇOS  
 DE INFRAESTRUTURA

Requerimento nº 520, de 2016

Em 6/7/2016 (REQUERIMENTO Nº 35, DE 2016)

Imeson da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requiro que sejam solicitados ao Ministro de Estado do Meio Ambiente esclarecimentos sobre as políticas públicas voltadas para a mitigação do efeito estufa, o uso da água para geração elétrica e o aumento da participação das fontes renováveis na matriz energética.

Tendo em vista que o fomento às fontes renováveis de energia é uma das estratégias para combater as mudanças climáticas, pergunto:

1. Há informações de que o BNDES investiu mais de R\$ 97 milhões no financiamento de iniciativas envolvendo energias renováveis no período de 2003 a 2015<sup>1</sup>. Há estimativas de como esses investimentos se traduziram em redução de emissões de carbono?
2. Já foram realizados três leilões de energia de reserva (LER) em que foi contratada energia proveniente de empreendimentos fotovoltaicos no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, um em 2014 e dois em 2015. Foram contratados um total de 3.173 MWp. No 2º LER, o preço médio de venda da energia fotovoltaica foi de R\$ 297,75/MWh. O Ministério considera que esse

<sup>1</sup> <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2015/11/energia-renovavel-representa-mais-de-42-da-matriz-energetica-brasileira>

Nome legível: Sophia A.  
 Rubrica: Sophia A.  
 Matrícula:  
 Data: 06/07/2016  
 Hora: 12:35



SF/16900.54680-59

Página: 1/3 23/06/2016 15:05:29

7ee09ed4c5e826ce8fd3f97cb7169dd38c248452

sistema de leilões vem se revelando bem sucedido para aumentar a oferta de geração fotovoltaica?

3. O Programa Fundo Clima tem orçamento de R\$ 560 milhões e o BNDES informou que, temporariamente, não enquadrará novos pedidos de financiamento com esses recursos, exceto para projetos de energia solar que obtiveram êxito no Leilão de Energia de Reserva de 31 de outubro de 2014 (LER/2014). Isso significa que não haverá recursos para financiar os projetos solares fotovoltaicos contratados no leilão de reserva de agosto de 2015 e os que vierem a ser aprovados neste ano de 2016? Como será a política adotada pelo Ministério em relação a esse programa? Quais são os resultados esperados?
4. Sabe-se que o descarte de determinados equipamentos utilizados no processo de geração de energia por fontes renováveis pode ser um obstáculo, como, por exemplo, as torres de concreto utilizadas na geração eólica. O que vem sendo feito para transpor esse tipo de obstáculo? Em que medida esses fatores podem comprometer o licenciamento ambiental de tais empreendimentos e atrasar a entrega de empreendimentos baseados em fontes renováveis?
5. O Ministério propõe alguma estratégia para fazer a transição para uma matriz energética cada vez mais baseada em fontes renováveis?
6. Em razão da Lei n.º 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, quais as práticas que o Ministério tem adotado para dar eficácia a uma política que estimule o aproveitamento de resíduos sólidos para geração de energia, em especial a adoção de regime de



SF/16900.54680-59

Página: 2/3 23/06/2016 15:05:29

7ee09ed4c5e826ce8fd3f97cb7169dd38c248452



cooperação com Estados e Municípios, conforme dispõe o art. 4º?

## JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do RQI nº 16-CI, de 2016, aprovou proposta de plano de trabalho para avaliação de políticas públicas para a implantação de energias alternativas e renováveis no Brasil e suas interdependências com as energias tradicionais na composição da matriz elétrica brasileira.

A avaliação a ser empreendida por esta Comissão busca compreender se as políticas públicas atingiram os objetivos para as quais foram desenhadas, bem como se os recursos disponíveis para sua realização foram eficientemente empregados. O resultado de tal avaliação será o diagnóstico da política, que pode resultar em propostas pela sua ampliação, aprimoramento ou pelo seu encerramento, com vistas à adoção de soluções alternativas.

Como o fomento às fontes renováveis de energia é uma das principais estratégias para o combate às mudanças climáticas e o Brasil firmou compromissos internacionais de redução de emissão de gases de efeito estufa, é importante avaliar as políticas adotadas pelo Ministério para conter e reduzir as emissões de carbono. É preciso saber se os recursos vêm sendo usados de forma efetiva e se as medidas adotadas permitirão ao país cumprir as metas prometidas.

Sala da Comissão,

6 DE JULHO DE 2016.

Senador HÉLIO JOSÉ



SF/16900.54680-59

Página: 3/3 23/06/2016 15:05:29

7ee09ed4c5e826ce8fd3f97cb7169dd38c248452







SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 21ª Reunião, Extraordinária, da CI

Data: 06 de julho de 2016 (quarta-feira), às 08h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)</b>	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Roberto Muniz (PP)	2. Angela Portela (PT)
Lasier Martins (PDT)	3. José Pimentel (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. Paulo Rocha (PT)
Telmário Mota (PDT)	5. Gladson Cameli (PP)
Wilder Moraes (PP)	6. Ivo Cassol (PP)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Edison Lobão (PMDB)
Kátia Abreu (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Dário Berger (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Raimundo Lira (PMDB)
Ricardo Ferraço (PSDB)	5. Eduardo Braga (PMDB)
Hélio José (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD)
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)</b>	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Davi Alcolumbre (DEM)	2. José Agripino (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
José Aníbal (PSDB)	4. VAGO
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)</b>	
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Roberto Rocha (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
<b>Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)</b>	
Armando Monteiro (PTB)	1. Cidinho Santos (PR)
Wellington Fagundes (PR)	2. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	3. Eduardo Amorim (PSC)

CONFERE COM O ORIGINAL

06 / 07 / 2016

Assinatura/Matrícula  
5207-6  
H. A. L. A. I. N.